



# O DESAFIO DAS CONTAS NA NOVA ECONOMIA

Por Pedro Passos\*

Vivemos um momento de importantes transformações no modo de produzir e de contabilizar a produção. Para ilustrar pontos da mudança é necessário recuperar o fundamento do modo tradicional do processo produtivo.

A busca por reproduzir a vida de forma ampliada com ganhos crescentes é constitutiva da história da civilização ocidental. O grande avanço que consolidou a produção moderna foi a introdução da previsibilidade com instrumentos racionais de gestão. Sua primeira manifestação foi o *Tractatus de Computis et Scripturis* (Contabilidade por Partidas Dobradas) de **Frei Luca Paciolo**, publicado em 1494, que tratava da teoria dos números positivos e negativos, ou da teoria contábil do débito e do crédito, origem da contabilidade moderna.

Tal modelo, no entanto, considerava — e ainda considera — mensurável apenas os valores expressos em ganhos e perdas dos insumos retirados e devolvidos ao mundo, sem precificar os custos e ganhos anteriores e posteriores à execução da atividade econômica. Neste modelo, os recursos naturais e a vida comum não têm preço. São apenas aquilo que a economia denominou “externalidades positivas e negativas” do processo produtivo. Ou seja, se o processo aproveita recursos que seriam descartados de um processo anterior, ele produziria externalidades benéficas ao meio ambiente; se como resultante ele prejudica o balanço da vida comum, como a emissão de carbono sem qualquer compensação, ele geraria externalidades negativas.

Ao atentarem para os sinais dos primeiros problemas ambientais, os economistas contemporâneos perceberam que a teoria econômica era falha ao não incorporar os recursos naturais. A Teoria Econômica Clássica acreditava que estes insumos, dada a sua abundância, nunca acabariam e, assim, não entravam na contabilidade das empresas, apesar de serem usados na produção de bens e serviços. No entanto, avança-se cada vez mais no consenso de que ecossistemas ambientais têm valor.

Chegou a hora de incorporar as externalidades positivas e negativas na conta do modo de produção. Com esta nova métrica, o conceito de sustentabilidade pode ser entendido como um olhar sistêmico e integrado sobre impactos da produção nos âmbitos econômicos, sociais e ambientais, em médio e longo prazos.

São três olhares distintos que compõem o início desta transformação. O olhar da gestão do negócio, que deve se aperfeiçoar constantemente para assegurar resultados econômicos capazes de manter a continuidade do negócio. O olhar sobre os ganhos sociais, que uma empresa pode propiciar além da distribuição de seus resultados pelo salário. E finalmente, o olhar sobre os efeitos do processo produtivo no planeta. As discussões conduzidas pela área ambiental das Nações Unidas indicam quatro principais denominadores a serem incorporados à nova equação econômica: o carbono gerado, a água consumida, os resíduos reaproveitados e a biodiversidade afetada ou preservada.

É questão de tempo. E, espero, de pouco tempo. A sociedade atribuirá maior valor àquelas companhias que compreendam essas mudanças e se voluntariem a ser agentes desta transformação. Essas organizações, por consequência, atrairão colaboradores, fornecedores e consumidores que compartilham esses princípios.

A inovação a serviço de uma economia mais colaborativa será decisiva na criação deste novo modelo. E isso só será possível por meio de um trabalho conjunto entre o setor público e o privado. De um lado, as empresas precisam, cada vez mais, perceber a importância de internalizar práticas inovadoras e sustentáveis como parte de sua estratégia de negócios. De outro, os governos precisam reconhecer os benefícios deste novo modo de produção e garantir a ele competitividade com estratégias que privilegiem novos marcos regulatórios e abordagens tributárias.

Lidar com as externalidades negativas, como a escassez de recursos naturais, a poluição, a geração de resíduos e o mau uso de recursos hídricos, requer alternativas mercadológicas que gerem impactos positivos para toda a sociedade. Somente uma contabilidade que traga para o âmbito financeiro os impactos socioambientais pode criar resultados relevantes ao conjunto da sociedade.

Incorporar o preço desses impactos nos produtos é uma forma de desestimular a velha economia e incentivar a transformação. O relato integrado de resultados econômicos, sociais e ambientais desenvolvido nos últimos vinte anos por instituições como a *Global Reporting Initiative* (GRI) foi o primeiro passo para dar visibilidade a estas dimensões ao conjunto da sociedade.

Muitas outras iniciativas têm surgido nessa direção. Nos Estados Unidos, por exemplo, foi criado o Sistema B, que reúne organizações que demonstram na prática ser possível lucrar e, ao mesmo tempo, promover o bem-estar da sociedade. Esse caminho aponta estratégias para mudanças na gestão corporativa,

de forma a evoluir como pensamos a economia de livre mercado. Por acreditar nessa iniciativa, a Natura foi a primeira companhia brasileira de capital aberto a fazer parte deste grupo.

A maior parte dos balanços financeiros das empresas, principal instrumento de verificação da contabilidade tradicional, não incorpora a mensuração do impacto ambiental, já que ainda não há um método efetivo de enxergar o custo de cada recurso natural utilizado nas cadeias de produção.

Uma iniciativa interessante neste sentido foi a do Ministério do Meio Ambiente alemão, junto à Comissão Europeia e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), que desenvolveu o Relatório TEEB (*The Economics of Ecosystems and Biodiversity*). O documento é resultado de um esforço internacional para chamar atenção para os benefícios econômicos globais da biodiversidade e expressar os custos crescentes da degradação dos ecossistemas.

Outro projeto mais recente foi iniciado por **Jochem Zeitz**, CEO da Puma, que lançou um movimento empresarial para identificar os lucros e perdas ambientais (EP&L na sigla em inglês). Essa metodologia é capaz de tangibilizar o valor dos recursos utilizados pela empresa e os impactos ambientais que ela gera.

Acredito que, a partir deste novo olhar e dessa nova racionalidade para uma economia mais inclusiva e colaborativa, poderemos finalmente resgatar nossa consciência e conexão com o bem maior comum. Para alcançar bons resultados nesse sentido, vamos ter que fazer boas contas.

\* **Pedro Passos** é empresário, copresidente do Conselho de Administração da Natura e vice-presidente do Conselho Curador da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ)